



orig 257

Folha n.º 258 do n.º 520 de 1996  
Assistente Parlamentar

# Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 15 de outubro de 1999

## GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. nº 168/99

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE:
Const. e Justiça
Pol. Urb. e Metr. e M. Amb. e T.
Senhor Presidente
Administração Pública
Transp., Transp. e A. T. Econ.
Saúde, Prom. Social e Trab.
PRESIDENTE

15 - DOCREC  
15-0232/1999

ACEITO O VETO
21 FEV 2001
Presidente

RECEBIDO NA A: T. M:
em 15 OUTUBRO 1999
às 17:00 horas

tenho a honra de acusar o recebimento do ofício nº 18/Leg.3/0395/99, com o qual Vossa Excelência encaminhou à sanção cópia autêntica de lei aprovada, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento, em sessão de 14 de setembro do corrente ano, referente ao Projeto de Lei nº 520/96.

De autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, a propositura dispõe sobre o comércio de fogos de artifício e de estampidos.

Por se tratar de matéria cujo disciplinamento foi feito de forma abrangente com ganho de qualidade técnica e precisão em relação à legislação vigente, esta Administração não tem dúvidas em aprová-la, sancionando-a.

Todavia ela contém disposição que se mostra inconstitucional, inconveniente e contrária ao

EDIÇÃO DE ANAIS
mostra inconstitucional, inconveniente e contrária ao
15 OUT 1999

diag 258

Folha n.º	259	do proc.
n.º	523	de 1996
<i>[Assinatura]</i>		
RITA DE CÁSSIA ANDRÉ		
Assistente Parlamentar		

interesse público, e por isso sou compelido a não acolher o projeto na íntegra, conforme motivação a seguir expressa.

O artigo 13, da lei em elaboração, ao prever que o descumprimento dos seus dispositivos acarretará aos infratores a aplicação de multa variável até 1.000 UFIRs, de acordo com a gravidade da infração, merece integral restrição na parte em que deixa a critério do fiscal ou do engenheiro responsável, a fixação do montante do valor da multa entre um mínimo e um máximo.

De início observe-se que há impropriedade formal na redação de citada regra, pois a tarefa de fiscalizar estabelecimentos comerciais é exercida por funcionário, cuja denominação é agente vistor e não fiscal.

Afora o que a aplicação de multa deve ater-se a critérios predeterminados, a fim de que todos os envolvidos em uma atividade específica saibam de antemão quais os valores das penalidades a serem aplicadas em decorrência das infrações eventualmente cometidas.

O procedimento de um agente administrativo há de ser sempre compatível com a ocorrência, objeto de análise e a imposição de multa.

*[Assinatura]*

Diário 279  
Folha n.º 260 do proc.  
n.º 520 de 1996  
Rita de Cássia André

RITA DE CÁSSIA ANDRÉ  
Assistente Parlamentar

Todavia não se deve desconhecer, pelo menos em tese, a possibilidade do funcionário considerar elementos subjetivos no momento de fixar o montante da multa.

Conforme manifestação de órgão técnico da Prefeitura, a variação da multa, atrelada à gravidade da infração, deve ser regulamentada por critérios específicos e objetivos e não deixados à subjetividade daquele que fiscaliza.

Dispositivo que permita apreciação subjetiva deve ser excluído da matéria de fixação de qualquer penalidade, inclusive do tipo multa, por acarretar violação ao princípio constitucional do direito de ampla defesa consagrado no artigo 5º, inciso LV da Lei Maior do País.

O entendimento subjetivo no caso poderá vir desamparado de motivo expresso, até porque a lei em elaboração não impõe ao fiscal o registro de qualquer fundamentação; dessa forma não se coaduna com a melhor orientação, a aceitação de um critério de imposição de multa sem a prévia fixação do seu exato valor.

Na falta de elementos objetivos que autorizem o agente vistor ou o engenheiro a fixar este ou aquele valor para os infratores da norma, vejo-me na

MTB

*diário 260*

Folha n.º	261	de	...
n.º	529	de	1996
<i>Rita</i>			
RITA DE CÁSSIA ANDRE			
Assistente Parlamentar			

contingência de vetar a parte mencionada por contrariar dispositivo constitucional e o interesse público.

Por tais razões, com base no artigo 42, parágrafo 1º da Lei Orgânica do Município de São Paulo, veto, parcialmente, projeto aprovado relativamente ao tópico do artigo 13, onde consta "a critério do fiscal ou engenheiro responsável".

De se ressaltar porém, que a matéria contida no trecho não vetado do artigo 13 deverá ser disciplinada, de maneira apropriada, em decreto regulamentador.

Com as ponderações expendidas, devolvo o assunto ao conhecimento dessa Colenda Edilidade, que se dignará deliberar em seu elevado critério.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

*celso pit*  
CELSONE PITT  
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor Armando Mellão Neto  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo  
AO/fsc



Folha nº. - 263 - 0468	do proc.
nº. 520	de 13/96
Assinatura: [assinatura]	
AMF [assinatura]	
Município de São Paulo	

# *Câmara Municipal de São Paulo*

PL 520/96 - VETO PARCIAL

26/10/99

Trata-se de veto parcial aposto pelo Executivo ao projeto de lei nº 520/96, de iniciativa do nobre Vereador Toninho Paiva, que dispõe sobre o comércio de fogos de artifício e de estampidos.

Aprovado em segunda discussão e votação, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento, na Sessão realizada em 14 de setembro do corrente ano, o texto foi levado à sanção do Sr. Prefeito, o qual apôs, com fulcro no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica, veto parcial por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, atingindo parte do artigo 13 do projeto aprovado, no trecho onde consta "a critério do fiscal ou engenheiro responsável".

Quanto ao vício de inconstitucionalidade, sustenta o Chefe do Executivo que o dispositivo, ao deixar ao arbítrio do "fiscal ou engenheiro responsável" a fixação do montante da multa aplicável ao infrator da lei, dentro do limite de 1000 UFIR, viola o princípio constitucional da ampla defesa consagrado no artigo 5º, inciso LV, da Lei Maior do País, uma vez que os critérios de aplicação de penalidades, inclusive a de multa, devem ser objetivamente previstos pela norma legal, pois o sujeito passivo deve saber, inclusive para poder se defender da pena imposta, o porquê determinado valor lhe foi fixado como multa.

Realmente, não há como discordar do Executivo com relação à alegação de inconstitucionalidade. Com efeito, alguém somente pode estar sujeito a multa cujos critérios para sua imposição sejam objetivos, claros, que lhe permitam



# Câmara Municipal de São Paulo

exercitar o direito que lhe é assegurado pela Carta Magna de ampla defesa da imputação que lhe é feita.

Dessa forma, insofismável a inconstitucionalidade da medida constante do texto levado à sanção, eis que deixa ao critério subjetivo do agente vistor ou engenheiro responsável a fixação do valor da multa a ser imposta.


Assim sendo, manifestamo-nos

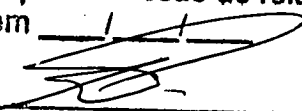
**PELA MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL AO ARTIGO 13 DO PROJETO DE LEI Nº 520/96.**

  
Luiz Eduardo S. Thiago  
Assessor Técnico Legislativo  
(Juri)

  
Caio Marcelo Giannini  
Assessor Técnico Supervisor

  
Marilena Conceição Andreoli  
Assessor Técnico Legislativo Chefe

Encaminha-se, em 31/1/99  
  
Roberto Tripoli  
Presidente da CCJ

De acordo para emissão de relatório,  
em 1/1/99  
  
Relator